

ASSOCIAÇÃO FAZENDO HISTÓRIA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021

# ASSOCIAÇÃO FAZENDO HISTÓRIA

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores da  
Associação Fazenda História  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Fazenda História ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Associação Fazenda História em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para pequenas e médias empresas" e em conformidade com a NBC ITG 2002/12 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409 - Associações sem Finalidade de Lucro.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação Fazenda História, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de junho de 2022.

# ASSOCIAÇÃO FAZENDO HISTÓRIA

## Balancos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020		Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	7.794.189	5.827.283	Obrigações Tributárias		13.170	9.045
Contas a Receber	5	57.988	49.633	Obrigações Trabalhistas	8	240.708	209.067
Outros Créditos		18.809	14.829	Adiantamento de Clientes		250	250
		<u>7.870.986</u>	<u>5.891.745</u>	Empréstimos e Financiamentos	9	3.394.457	1.358.819
						<u>3.648.585</u>	<u>1.577.181</u>
<b>Não Circulante</b>				<b>Patrimônio Líquido</b>			
Aplicações Financeiras	7	581.911	597.904	Patrimônio Social	11	4.955.888	3.763.870
Imobilizado	6	25.452	43.420	Déficit/superávit do Exercício		(126.124)	1.192.018
		<u>607.363</u>	<u>641.324</u>			<u>4.829.764</u>	<u>4.955.888</u>
<b>Total do Ativo</b>		<u><u>8.478.349</u></u>	<u><u>6.533.069</u></u>	<b>Total do Passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>8.478.349</u></u>	<u><u>6.533.069</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ASSOCIAÇÃO FAZENDO HISTÓRIA

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Instrução e Treinamento	12	219.187	174.226
Doações	12	4.191.930	4.912.189
Mão-de-Obra Voluntária	15	780.195	534.643
Imposto s/ Serviços		(6.576)	(5.227)
Receita Líquida		5.184.736	5.615.831
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	13	(2.631.556)	(2.423.310)
Despesas com Pessoal	14	(1.818.807)	(1.379.567)
Despesas com Ocupação	16	(188.628)	(137.863)
Mão-de-Obra Voluntária	15	(780.195)	(534.643)
		(5.419.185)	(4.475.383)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		(234.450)	1.140.449
Despesas Financeiras	17	(149.030)	(92.169)
Receitas Financeiras		257.355	143.738
		108.325	51.569
(Déficit)/Superávit do Exercício		(126.124)	1.192.018

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# ASSOCIAÇÃO FAZENDO HISTÓRIA

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020  
(Em Reais)

---

	2021	2020
(Déficit)/Superávit do Exercício	<u>(126.124)</u>	<u>1.192.018</u>
Outros Resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(126.124)</u></u>	<u><u>1.192.018</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# ASSOCIAÇÃO FAZENDO HISTÓRIA

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit/Deficit Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	3.346.868	417.002	3.763.870
Incorporação de Superavit	417.002	(417.002)	-
Superávit do Exercício	-	1.192.018	1.192.018
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	3.763.870	1.192.018	4.955.888
Incorporação de Superavit	1.192.018	(1.192.018)	-
Déficit do Exercício	-	(126.124)	(126.124)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	4.955.888	(126.124)	4.829.764

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# ASSOCIAÇÃO FAZENDO HISTÓRIA

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Atividades Operacionais		
(Déficit)/Superávit do Exercício	(126.124)	1.192.018
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do superávit/ (déficit) do exercício com o fluxo de caixa		
Depreciações e amortizações	17.968	16.902
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos		
Contas a Receber	(8.355)	(20.581)
Créditos diversos e outros	(3.980)	15.465
Aplicação Financeira de Longo Prazo	15.994	(597.904)
Decréscimo)/ acréscimo em passivos		
Fornecedores	-	(7.346)
Obrigações Trabalhistas	31.641	107.125
Obrigações Tributárias	4.125	4.566
Projetos a realizar e adiantamentos de clientes	2.035.638	(96.820)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	<u>1.966.906</u>	<u>613.425</u>
Atividades de Investimentos		
Acrécimo de Imobilizado	-	(20.067)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de investimento	<u>-</u>	<u>(20.067)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.966.906</u></u>	<u><u>593.358</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.827.283	5.233.925
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7.794.189	5.827.283
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>1.966.906</u></u>	<u><u>593.358</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Associação Fazendo História (“Associação”, “Instituto” ou “IFH”), é uma OSCIP (Organização Social da Sociedade Civil de Interesse Público), sem fins lucrativos, com sede na Rua Pedro Ortiz, nº 114, na Cidade de São Paulo - SP, que iniciou suas atividades em 17 de março de 2005.

A principal missão do “Instituto” consiste em colaborar com a formação da identidade de crianças e adolescentes em situação de abrigo; Atuar em sua rede social para melhorar sua qualidade de vida e; Incentivá-las a construir e transformar a própria história.

A Associação Fazendo História tem as seguintes finalidades sociais:

- Zelar pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes submetidos a regime de vulnerabilidade e abrigo em entidades públicas ou privadas;
- Apoiar, estimular e desenvolver atividades de promoção humana, social, cultural, esportiva e educacional, em especial junto a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social;
- Promover a defesa de interesses ligados à criança e ao adolescente e defender a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente em todas as suas frentes de atuação;
- Desenvolver mecanismos e formas de difusão das experiências dos que atuam junto aos movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente ou, ainda junto daqueles que possam contribuir com seus conhecimentos para aqueles movimentos;
- Promover a assistência social, a educação, a ética.

Para a consecução de suas finalidades e missão estatutárias, o Instituto poderá desenvolver as seguintes atividades:

- Representar-se e fazer-se representar junto a Conselhos de Direitos, Fóruns e Comissões Governamentais;
- Prestar assessoria aos Conselhos de Direitos, Fóruns e entidades nacionais, públicas ou particulares;
- Promover a capacitação de educadores, realizar publicações, seminários, cursos e ciclos de debates, objetivando a prevenção e educação contra a prática de violência ou tratamento degradante à pessoa humana e, em especial, à criança e ao adolescente;
- Realizar eventos, inclusive mediante convênio com outras entidades, visando à defesa dos direitos da criança e do adolescente, à promoção da assistência social, da educação, da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e outros valores universais;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em Reais)

---

- Realizar projetos tais como implementação de bibliotecas; incentivo à leitura, projetos de artes cênicas, documentários, livros e outros que enriqueçam o universo cultural das crianças e adolescentes em vulnerabilidade, bem como dos profissionais e voluntários com o tema envolvidos;
- Celebrar acordos, contratos, convênios e termos de cooperação técnica com entidades nacionais públicas ou privadas;
- Implantar ou manter projetos integrados de ações junto a crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade social, podendo, para tanto, criar ou ampliar unidades de atendimento permanentes dentro do país;
- Instituir Corpo de Voluntários, com qualificações, pré-requisitos a atribuições
- definidas em regimento próprio;
- Promover Ação Civil Pública e impetrar Mandado de Segurança, bem como demais ações pertinentes, em sua respectiva área de atuação, nos termos das Leis Federais n. 7.347/85 e n. 8.069/90 e da legislação vigente;
- Promover, direta ou indiretamente, a formação, capacitação e supervisão de educadores e equipe técnica de instituições de acolhimento, visando oferecer subsídios teóricos e técnicos para a melhoria do atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias.

As principais fontes de recursos que viabilizam o funcionamento do Instituto são obtidas por meio de projetos vinculados a leis de incentivos governamentais e doações de pessoas físicas e jurídicas.

#### 1.1. Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS)

Durante o ano de 2021 a associação seguiu com a certificação CEBAS. Optando pela não renovação da OSCIP, pois não é possível a manutenção de ambas as certificações, foram feitas alterações no estatuto e plano de contas contábil para certificação, mas no final de 2021 a lei alterou novamente e novas alterações estatutárias serão feitas para a adequação e certificação CEBAS.

#### 1.2. Impactos na operação - COVID-19

O Instituto Fazendo História adaptou as atividades previstas e passou a realizar os encontros e ações de modo virtual, sem nenhum prejuízo ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias. Nos mobilizamos para arrecadar doações de pessoas físicas, empresas e instituições parceiras para a compra de computadores, smartphones e tablets para abrigos parceiros e jovens do grupo Nós e oferecemos auxílio para o pagamento de internet, garantindo que os atendidos pudessem participar dos atendimentos.

Por ser um serviço de assistência social de alta complexidade, o serviço de famílias acolhedoras manteve ações presenciais, quando necessário, respeitando todos os protocolos de segurança.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12 - ITG 2002 (R1)).

### 2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Associação revisa suas estimativas e premissas anualmente.

### 2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Associação.

### 2.4. Mensuração de valor

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, utilizando o custo histórico para sua mensuração.

## 2.5. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Associação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## 2.6. Impostos e contribuições

O artigo 150 da Constituição Federal garante a Associação a imunidade (ou isenção) de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços prestados.

### 2.6.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os Artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o Artigo 195 da Constituição Federal.

### 2.6.2. Programa para Integração Social (PIS)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

### 2.6.3. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Associação, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03. As receitas financeiras sujeitam-se a alíquota zero conforme o Artigo 10º da Lei nº 10.833/03.

### 2.6.4. Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

A Associação está recolhendo a quota patronal à alíquota de 25,5% incidente sobre a folha de pagamento.

### 2.6.5 Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)

A imunidade (isenção) quanto ao ISSQN junto à Prefeitura Municipal de São Paulo foi deferida pela autarquia municipal em 20 de dezembro de 2019 e abrange o período 2021.

#### 2.6.6. Manutenção das isenções tributárias

Para que a Associação possa usufruir das isenções tributárias federais previstas na Lei nº 9.532/97, deverá cumprir cumulativamente as seguintes exigências:

- a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto nos casos que os dirigentes atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99;
- b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e) Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- f) Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- g) Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- h) Outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

### 3. Principais políticas contábeis adotadas

#### 3.1. Reconhecimento de receitas

A Associação reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Associação e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Associação, conforme descrição a seguir;

#### Doações de pessoas físicas e jurídicas

As receitas de doações e as contribuições voluntárias de terceiros são originadas de doações de pessoas físicas e jurídicas e são contabilizadas quando recebidas em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento e aplicadas nos projetos e programas que a Associação desenvolve.

#### Programas e projetos incentivados

As doações recebidas vinculadas a projetos são registradas, pelo seu recebimento, no resultado do exercício, quando os projetos estão em andamento. Caso os projetos ainda não foram executados, os recebimentos são registrados no passivo (Projetos a realizar) sendo apropriadas ao resultado em bases mensais e lineares à medida que os recursos são aplicados de acordo com as regras estipuladas pelo doador/patrocinador.

#### Receita com a prestação de serviços

As receitas com prestação de serviços de treinamentos e formação de equipes técnicas de outras entidades com o mesmo propósito da Associação são reconhecidas no exercício quando da realização da prestação de serviços, de acordo com o regime de competência.

#### Receita financeira

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

### 3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

#### i) Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Associação são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Associação determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Associação incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contribuições a receber e outras contas a receber.

**ii) Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração**

Os passivos financeiros da Associação são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Associação determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Associação incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

**3.3. Caixas e equivalentes de caixa**

Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**3.4. Contas a receber**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de treinamentos e instrução. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

**3.5. Imobilizado**

É registrado pelo custo histórico de aquisição. As depreciações foram computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

**3.6. Classificação de circulante e não circulante**

A Associação apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.



Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

### 3.7. Provisões

#### 3.7.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

#### 3.7.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Associação é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 3.7. Subvenções públicas

Subvenções públicas são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em Reais)

### 3.8. Projetos a realizar

Os aportes vinculados aos projetos que possuem destinação específicas são controlados em contas de ativo e passivo, sendo a receita e o custo levado a resultado quando o objetivo previamente estabelecido é atingido.

### 3.9. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil aplicável as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

### 4.1. Características gerais

As aplicações financeiras são realizadas em moeda nacional, com elevada liquidez, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando expostas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras possuíam carência inferior a 90 dias no momento da aplicação. As aplicações financeiras estão disponíveis para uso imediato, de acordo com as necessidades da Associação, o rendimento médio das aplicações financeiras no exercício de 2021 foram em média 99,5 % do CDI (99,5% no exercício de 2020).

	2021	2020
Recursos Disponíveis		
Caixa	6.089	8.625
Banco	1.949	1
Aplicação financeira	4.920.705	4.459.544
	<u>4.928.743</u>	<u>4.468.171</u>
Recursos Vinculados (a)		
Bancos conta movimento - com restrição	14.334	632.425
Aplicações financeira - com restrição	2.851.111	726.687
	<u>2.865.445</u>	<u>1.359.112</u>
	<u>7.794.189</u>	<u>5.827.283</u>

a) Os valores classificados nessa rubrica referem-se aos recursos recebidos que não podem ser aplicados em finalidade distinta daquela que motivou sua destinação. A contrapartida da entrada desses valores e o controle dos gastos de cada projeto devem ser contabilizados em conta específica no passivo circulante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em Reais)

## 5. Contas a receber

Refere-se aos valores a receber provenientes da prestação de serviços de treinamentos e formação de equipes técnicas.

	2021	2020
Cientes a receber	57.988	49.633
	<u>57.988</u>	<u>49.633</u>

## 6. Imobilizado

## 6.1. Composição

Descrição	Taxa média de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2021	2020
Móveis e utensílios	20%	70.816	(60.817)	6.913	16.861
Computadores e periféricos	10%	57.454	(50.540)	10.000	14.741
Máquinas e equipamentos	10%	27.541	(19.002)	8.539	11.818
		<u>155.811</u>	<u>(130.359)</u>	<u>25.452</u>	<u>43.420</u>

## 6.2. Movimentação

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está demonstrada a seguir:

Descrição	2020	Depreciação	2021
Móveis e utensílios	16.862	(6.862)	10.000
Computadores e periféricos	14.740	(7.828)	6.912
Máquinas e equipamentos	11.818	(3.278)	8.540
	<u>43.420</u>	<u>(17.968)</u>	<u>25.452</u>

Descrição	2019	Adições	Depreciação	2020
Móveis e utensílios	23.724	-	(6.862)	16.862
Computadores e periféricos	10.947	11.067	(7.274)	14.740
Máquinas e equipamentos	5.584	9.000	(2.766)	11.818
	<u>40.255</u>	<u>20.067</u>	<u>(16.902)</u>	<u>43.420</u>

## ASSOCIAÇÃO FAZENDO HISTÓRIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em Reais)

---

### 7. Aplicações financeiras de longo prazo

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Recursos Vinculados (a)		
Aplicações financeira - com restrição	581.911	597.904
	<u>581.911</u>	<u>597.904</u>

- a) Os valores classificados nessa rubrica referem-se aos recursos recebidos que não podem ser aplicados em finalidade distinta daquela que motivou sua destinação. A contrapartida da entrada desses valores e o controle dos gastos de cada projeto devem ser contabilizados em conta específica no passivo circulante. A rentabilidade da aplicação é variada de acordo com a taxa SELIC com vencimento em 2024.

### 8. Obrigações trabalhistas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão e encargos sociais sobre férias	131.364	117.762
Salários e ordenados a pagar	57.801	49.800
Rescisões a pagar	14.602	800
INSS a recolher	26.518	33.900
FGTS a recolher	9.128	5.509
Outras contribuições a retidas	227	227
INSS Autonomos	697	697
PIS s/Folha de Pagamento a Recolher	371	371
	<u>240.708</u>	<u>209.067</u>

## ASSOCIAÇÃO FAZENDO HISTÓRIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em Reais)

---

### 9. Projetos a realizar

Projetos a realizar	2021	2020
MINC Presidente Prudente (1)	-	230.733
Doações PJ Editais (2)	534.230	-
Emenda/ Adriana Ventura (3)	333.303	-
Apadrinhamento Afetivo - Condeca (4)	-	29.319
Famílias Acolhedoras - Condeca (5)	-	5.123
Harvard (6)	1.500.645	-
Famílias Acolhedoras - Emenda Parlamentar (7)	347.994	157.314
Apadrinhamento Afetivo - Município de Barueri (8)	2.183	26.650
PROAC/Novo (9)	250.152	-
MINC Novo 2021 e 2022 (10)	323.694	821.770
Criança Esperança (11)	6.701	22.838
Conselho Tutelar - Emenda Parlamentar (12)	-	65.000
FUMCAD/Trabalhando Autonomia (13)	29.122	-
FUMCAD/Formação Profissional (14)	27.198	-
FUMCAD/FMH (15)	19.495	-
FUMCAD/Grupo Nós - Fundão (16)	19.740	-
Banco Paulista (17)	-	72
	<u>3.394.457</u>	<u>1.358.819</u>

#### 9.1. MINC Presidente Prudente

Vinculado ao Ministério da Cultura por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Os valores foram recebidos durante o exercício de 2019, sendo registrado em conta bancária específica em contrapartida de projetos a realizar no passivo circulante. A aplicação dos recursos é estimada pela Administração para que ocorra durante o 2º semestre de 2020.

#### 9.2. Doações PJ Editais

Doações PJ Editais - Investimento social privado através de editais com objetivo de apoiar crianças e jovens separados de suas famílias para que se tornem capazes de construir histórias de vidas potentes, interrompendo um ciclo de abandono, ruptura e violência

9.3. Emenda / Adriana Ventura

Tem objetivo de Fortalecer os cuidados de crianças entre 0 e 6 anos, em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social, que estão em acolhimento familiar por determinação judicial, adquirindo materiais de consumo que possam atender as necessidades das ações previstas no serviço de acolhimento familiar.

9.4. Apadrinhamento Afetivo - Condeca

O programa possui como objetivo propiciar, de forma individualizada, convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que estão em instituições. As verbas foram obtidas por meio do CONDECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

9.5. Famílias Acolhedoras - Condeca

O programa possui como objetivo garantir o direito à convivência familiar e comunitária de bebês e crianças de até 6 anos separados de suas famílias. Os recursos foram obtidos por meio do CONDECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Tutelar - Emenda parlamentar

O programa possui como objetivo oferecer espaços de formação e suporte técnico aos conselheiros tutelares. Os recursos foram obtidos junto ao Município de São Paulo, por meio de emenda parlamentar.

9.6. Harvard

Projeto "Impactos de Intervenções sobre a Institucionalização Precoce", realizado em parceria pela Universidade de Harvard, Universidade de Tulane, Universidade de Maryland, Hospital Infantil de Boston, o Instituto de Pesquisa PENSI e o IFH, tem como objetivo documentar e comparar o impacto do cuidado institucional aprimorado no desenvolvimento da primeira infância acolhimento familiar aprimorado de alta qualidade.

9.7. Famílias Acolhedoras - Emenda parlamentar

O programa possui como objetivo garantir o direito à convivência familiar e comunitária de bebês e crianças de até 6 anos separados de suas famílias. Os recursos foram obtidos junto ao Município de São Paulo, por meio de emenda parlamentar.

9.8. Apadrinhamento Afetivo - Município de Barueri

O programa possui como objetivo propiciar, de forma individualizada, convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que estão em instituições. As doações foram recebidas por meio do FUMCAD - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura de Barueri.

9.9. Proac/Novo

Evento literário que realizará em espaços públicos uma tarde aberta de brincadeiras literárias e mediação de leitura. Produzido por educadores, voluntários e funcionários de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Realização de 10 edições do Mar de Histórias em parceria com serviços de acolhimento da cidade de São Paulo. Cada serviço recebe um acervo bibliográfico com 200 títulos infantis e juvenis e a equipe é capacitada em mediação de leitura e acompanhada ao longo do projeto.

9.10. MINC Novo - 2021 e 2022

Vinculado ao Ministério da Cultura por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Os valores foram recebidos durante o exercício de 2020, sendo registrado em conta bancária específica em contrapartida de projetos a realizar no passivo circulante. A aplicação dos recursos é estimada pela Administração para que ocorra a partir de Maio/2021. Este projeto prevê a implantação de espaços de leitura com acervo de livros em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Haverá também implantação de programa de mediação de leitura, composto por seminários, supervisões in loco e formação, que prepararão educadores e voluntários a realizarem atividades de leitura e arte cotidianamente com as crianças e adolescentes. Um livro da vida das crianças e adolescentes também será montado no âmbito do projeto.

9.11. Criança Esperança

Criança Esperança - Projeto focado em ampliar o serviço de acolhimento familiar para crianças separadas de suas famílias nos municípios da região centro oeste do Brasil priorizando a 1ª infância.

9.12. Conselho Tutelar Emenda Parlamentar

Emenda Parlamentar - Projeto destinado a qualificar a atuação de Conselheiros Tutelares na Cidade de São Paulo, priorizando as regiões do extremo Leste e Sul da cidade de São Paulo

9.13. FUMCAD/Trabalhando Autonomia

FUMCAD/Trabalhando Autonomia - Projeto visa assegurar que 30 adolescentes de 15 a 17 anos e 11 meses, que estão em serviços de acolhimento, tenham preparo e apoio necessário para enfrentar os desafios que viverão ao saírem dos serviços de acolhimento.

9.14. FUMCAD/Formação Profissional

FUMCAD/Formação Profissional Projeto tem como objetivo contribuir com a qualidade do atendimento oferecido pelos serviços de acolhimento às crianças, adolescentes e suas famílias, através da formação de educadores e técnicos.

9.15. FUMCAD/FMH

Projeto tem como objetivo fortalecer e ampliar o trabalho com histórias de vida nos serviços de acolhimento. Foram atendidas 125 crianças e adolescentes acolhidos em 5 serviços de acolhimento de Itaquera, Belém, Tatuapé, Pirituba e São Mateus.

9.16. FUMCAD /Grupo Nós - Fundão

Projeto visa auxiliar os adolescentes a construírem projetos de vida que incluam qualificação profissional, trabalho e moradia, e contribuir para que os adolescentes possam fortalecer vínculos com figuras afetivas de referência. Foram atendidos 30 adolescentes entre 15 e 17 anos e 11 meses, que estão em serviços de acolhimento, tenham preparo e apoio necessário para os desafios que enfrentarão ao saírem dos serviços.

9.17. Banco Paulista

Transferencia de saldo negativo de conta corrente, valor devolvido a conta corrente em janeiro de 2021

10. Provisões para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 não existiam processos de natureza, legais, trabalhista e cíveis, movidos contra a Associação, cuja probabilidade de perdas fosse avaliada como prováveis e ou possíveis, conforme representado pelos consultores jurídicos e pela Administração.

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os tributos federais, estaduais, municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades, por períodos que variam de 05 (cinco) a 30 (trinta) anos.



## ASSOCIAÇÃO FAZENDO HISTÓRIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em Reais)

---

### 11. Patrimônio Líquido

Está representado pelo patrimônio original decorrente da criação da Associação e do superávit ou déficit incorporado anualmente.

Os recursos da Associação foram aplicados em suas finalidades institucionais e nos programas sociais, em conformidade com seu estatuto social.

Em caso de dissolução da Associação, o patrimônio social remanescente será destinado a uma instituição com finalidades semelhantes, sem fins econômicos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a uma entidade pública, a critério da Assembleia Geral.

### 12. Receitas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Receita de doações</u>		
Doações Não Governamentais de Pessoas Jurídicas (a)	880.894	1.649.603
Doações Não Governamentais de Pessoas Físicas (a)	483.780	385.509
Receita de doações de créditos Nota Fiscal Paulista (b)	165.780	164.744
Lei Rouanet (Pessoas jurídicas e físicas) (c)	-	575.620
FUMCAD (Pessoas jurídicas e físicas) (d)	694.990	521.107
Condeca (Pessoas jurídicas e físicas) (e)	27.260	523.486
Emendas Parlamentares (f)	81.698	86.973
Proac (Pessoas jurídicas) (g)	-	219.772
Família Acolhedora (h)	911.384	456.706
Leis de incentivo fiscal e editais (i)	-	328.668
Repasse MINC (c)	568.688	-
Projeto MINC/Presidente Prudente (c)	149.841	-
Termo de Colaboração Barueri (j)	227.615	-
	<u>4.191.930</u>	<u>4.912.188</u>
<u>Receita com prestação de serviços</u>		
Receita com prestação de serviços (k)	219.187	174.227
Imposto sobre a prestação de serviços	(6.576)	(5.227)
	<u>212.611</u>	<u>169.000</u>
<u>Receitas com gratuidade</u>		
Receita com trabalho voluntário	780.195	534.643
	<u>780.195</u>	<u>534.643</u>
<u>Total de receitas</u>	<u>5.184.736</u>	<u>5.615.831</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em Reais)

---

- (a) Doações espontâneas, eventuais e incondicionais da comunidade em geral, de pessoas jurídicas e pessoas físicas;
- (b) Recursos obtidos com captação de cupons fiscais digitados por voluntários da comunidade, no programa estadual de incentivo “Nota fiscal paulista”;
- (c) Recursos obtidos por meio da Lei Rouanet decorrem da destinação de parte do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, nos projetos administrados pela Associação que se enquadram na esfera Estadual;
- (d) As doações recebidas por meio do FUMCAD - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD), decorrem da destinação de parte do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, no qual os recursos serão aplicados nos projetos administrados pela Associação no âmbito Municipal;
- (e) Os recursos obtidos por meio do CONDECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, decorrem da destinação de parte do Imposto de renda das pessoas físicas e pessoas jurídicas, nos projetos administrados pela Associação que se enquadram na esfera Estadual;
- (f) Recursos obtidos junto ao Município de São Paulo, por meio de emenda parlamentar, para oferecer espaços de formação e suporte técnico aos conselheiros tutelares.
- (g) Programa de Ação Cultural - ProAC: os recursos captados decorrem da destinação de parte do ICMS das pessoas jurídicas para projetos de produção cultural, no qual são definidos pelo Conselho Estadual de Cultura.
- (h) Recursos obtidos por meio do termo de colaboração SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.
- (i) FUMCAD - Secretaria Municipal de Direitos humanos e cidadania (Dinheiro entra através da Secretaria Municipal da Fazenda. Teve o Criança Esperança (Edital), dinheiro vem da Unesco - Organização das Nações Unidas.
- (j) Termo de colaboração junto a Prefeitura de Baruer - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, através FUMCAD do Município.
- (k) Prestação de Serviços de Treinamentos e Instrução.

## ASSOCIAÇÃO FAZENDO HISTÓRIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em Reais)

---

### 13. Despesas gerais e administrativas

No Exercícios de 2020, para receber a certificação CEBAS foram feitas alterações no plano de contas do Instituto Fazendo Historia ficando 2021 representado da seguinte forma:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Seguros	(1.630)	-
Serviços Prestados PJ	(1.945.014)	(1.457.274)
Honorários Contábeis	(1.200)	(21.740)
Serviços Prestados PF	(77.778)	(2.855)
Impressos e Materiais de Escritório	(67.875)	(89.979)
Combustíveis e Lubrificantes	(6.168)	(14.818)
Viagens e Estadias	(5.707)	(17.035)
Material de Limpeza e Higiene	(19.111)	(23.355)
Alimentação	(36.026)	(19.110)
Instalação e Manutenção	(13.964)	(18.367)
Internet	(12.624)	(32.441)
Condução	(26.485)	-
Jornais Revistas Anuncio e Publicidade	(119.938)	(22.049)
Correio	(12.293)	(3.945)
Informatica	(2.825)	(14.387)
Motoboy	(27.001)	(33.329)
Material Pedagógico	(142.149)	(378.001)
Bens de Pequeno Valor	(68.824)	(7.645)
Transporte	(25.977)	(24.071)
Depreciações	(17.968)	(16.902)
Doação	(1.000)	(380)
Hospedagem	-	(2.000)
Locações de Equipamentos	-	(18.300)
Seguros	-	(953)
Honorários Advocatícios	-	(93)
Cartorio	-	(777)
Ajuda de Custo	-	(200.120)
Detetização	-	(280)
Despesas Diversas	-	(3.104)
	<u>(2.631.556)</u>	<u>(2.423.310)</u>

## ASSOCIAÇÃO FAZENDO HISTÓRIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em Reais)

---

### 14. Despesas com pessoal

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Encargos Sociais	(88.055)	(71.477)
Salários	(915.579)	(781.978)
13º Salário	(82.345)	(66.511)
Férias	(114.934)	(93.056)
Indenizações	(326)	(3.695)
Planos de Saúde e Seguros	(7.397)	(13.528)
Vale Transporte	2.655	(13.291)
Vale Alimentação	(9.797)	(88.902)
Hospedagem	(407)	-
Exames Médicos	(2.110)	(475)
Pis fopag	(89)	(4.219)
INSS a Pagar	(254.745)	(237.580)
Vale Refeição	(72.627)	(564)
Ajuda de Custo	(273.050)	(4.290)
	<u>(1.818.807)</u>	<u>(1.379.567)</u>

### 15. Trabalho voluntário

O trabalho voluntário foi reconhecido pela Administração por meio do valor justo desta prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, seguindo as orientações contida na Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Com base nas estimativas de horas trabalhadas e custo médio de cada colaborador a Associação apurou R\$ 780.195 para 2021 (R\$ 534.643 em 2020), o saldo apresentado referente a trabalhos voluntários é demonstrado da demonstração de resultados.

## ASSOCIAÇÃO FAZENDO HISTÓRIA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em Reais)

## 16. Despesas com ocupação

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aluguéis	(162.544)	(101.023)
Água e Esgoto	(1.928)	(1.287)
Energia Elétrica	(5.235)	(3.137)
Telefones	(18.922)	(12.847)
Condominio	-	(19.569)
	<u>(188.628)</u>	<u>(137.863)</u>

## 17. Resultado financeiro líquido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas Financeiras		
Tarifas Bancarias	(24.986)	(9.134)
Despesas Cambiais	(95.410)	(5.878)
IRRF s/ Aplicação Financeira	(13.196)	(9.948)
IOF/IOC	(283)	(870)
Taxas Diversas	(237)	(4.570)
IPTU	(3.956)	(8.399)
Desconto Concedidos	(94)	-
ISS Terceiros	(10.868)	-
Tarifa Cartão de Credito	-	(205)
ITCMD	-	(4.206)
Perdas Aplicações Financeiras	-	(44.207)
TFE	-	(510)
Perdas Contas a Receber	-	(4.008)
ISS Terceiros	-	(234)
	<u>(149.030)</u>	<u>(92.169)</u>
Receitas Financeiras		
Rendimento de Aplicação Financeira	257.230	143.542
Descontos Obtidos	125	181
Juros Ativos	-	16
	<u>257.355</u>	<u>143.738</u>
	<u>108.325</u>	<u>51.569</u>

18. Cobertura de seguros (não auditado)

A Associação mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

19. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros

a) Considerações sobre riscos Riscos de crédito

A Associação não possui concentração de risco de crédito em decorrência da diversificação e pulverização de sua carteira (clientes), além do contínuo acompanhamento dos valores a receber. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa, a Associação somente realiza operações em instituições com baixo risco e consideradas como sendo de primeira linha em território nacional.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Associação possui recursos disponíveis para utilização imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Associação ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

Risco tributário - isenções e imunidades

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos que goza de benefícios tributários na esfera federal, estadual e municipal. A manutenção desses benefícios está condicionada ao cumprimento de diversas exigências e regras que devem ser seguidas pela entidade. Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios que pudessem colocar em risco os benefícios fiscais existentes.

b) Operações com instrumentos derivativos

A Associação não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2021 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

c) Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Associação restringem-se a aplicações financeiras e contas a receber a receber, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4): os saldos em conta corrente, mantidos em bancos de primeira linha, têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- Aplicações Financeiras de curto e longo prazo (Nota Explicativa nº 4 e 7): para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado destes títulos na data-base do balanço. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado;
- Contas a receber (Nota Explicativa nº 5): as contas a receber de associados são avaliadas pelo valor de realização e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.